

**ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CONERH**

1 No dia 05 de Dezembro de 2019 ocorreu a quadragésima terceira reunião ordinária do
2 CONERH no Auditório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE com a
3 seguinte pauta: 1. Análise e aprovação das Atas da 41ª e 42ª Reuniões Ordinárias;
4 2. Análise e aprovação do parecer CTIL referente à Deliberação 02/2019 do CBH
5 Salitre; 3. Apresentação SEMA/INEMA referente às ações desenvolvidas em resposta
6 aos eventos críticos de 2019: Contaminação do Litoral Baiano com o derramamento
7 de óleo bruto; Focos de incêndios na Região da Chapada Diamantina; 4.
8 Apresentação balanço anual das atividades do CONERH e dos Comitês de Bacias
9 Hidrográficas do Estado da Bahia; 5. Encaminhamentos referentes ao Decreto nº
10 19.327 de 15 de novembro de 2019 que alterou o Decreto nº 12.120 de 11 de maio de
11 2010, que Regulamenta o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e dá outras
12 providências; 6. Informes; 7. O que ocorrer.

13 Miriã Caetano da Silva – SECEX deu início a 43ª reunião, e sugeriu a inversão de
14 pauta, em função do horário e já existe um comprometimento do tempo e a
15 experiência dos últimos dias, tem sido uma experiência de esticar a reunião e por isso
16 levar as reuniões até mais tarde e isso tem comprometido as decisões, chega uma
17 hora que ninguém produz mais direito. O primeiro ponto que é a análise e aprovação
18 das atas, os senhores devem ter percebido que receberam a pauta e as atas não
19 foram enviadas e se comprometeu em apresentar essas atas para a primeira reunião
20 de 2020, porque a SECEX não teve condições de apresentá-las com todos os
21 registros e cuidados que pretende ter não só a digitação da ata com tradução de tudo
22 que aqui foi dito, mas também com uma releitura com um cuidado de lê essas atas
23 para que não se exclua o que efetivamente é importante estar, então por essa razão
24 decidiu-se não mandar a ata em um curto tempo e começar o ano com tempo para
25 que vocês possam lê e efetivamente dar as contribuições necessárias. Apresentada os
26 pontos de pauta, foi sugerido que iniciasse com as apresentações, devido à falta de
27 quórum, visto que este ponto de pauta não depende de deliberação e os técnicos que
28 irão apresentar já estão aqui, e assim todos os conselheiros concordaram.

29 Evilásio Fraga – FAEB informou que o Comitê do Paraguaçu solicitou inclusão de
30 ponto de pauta e gostaria de saber se vai ser apreciado com a plenária para incluir a
31 pauta ou já está garantida a inclusão?

32 Miri Caetano da Silva – SECEX esclareceu que a SECEX recebeu o requerimento e a
33 idéia é que a plenária conheça e depois inclua na pauta, imaginado que seria antes
34 dos informes para que entre na pauta, mas para isso é necessário efetivamente da
35 plenária.

36 Miguel Polino - Conselho de Defesa dos Direitos Humanos em Lauro de Freitas /Bahia
37 pontuou que seria interessante que se conheça a pauta/assunto que vai ser inclusa.

38 Evilásio Fraga – FAEB disse que está falando neste momento como Presidente do
39 Comitê do Paraguaçu e explicou que na última reunião plenária do comitê que
40 aconteceu em novembro, dentro de vários assuntos que foram tratados na reunião, foi
41 deliberada em reunião, uma apresentação da situação das águas das bacias do rio
42 Paraguaçu aqui no CONERH, pois tem questões relevantes e importantes que
43 gostaria que este Conselho tomasse conhecimento.

44 Passou-se para a apresentação da questão dos focos de incêndios na Chapada
45 Diamantina realizada pelo técnico Leonardo Marques – SIDA/ SEMA.

46 Leonardo Marques – SIDA/SEMA esclareceu que é da Diretoria de biodiversidade e
47 Florestas da SEMA e está trabalhando no Programa Bahia Sem Fogo e foi solicitado
48 pelo Conselho que fizesse uma apresentação, como são muitos dados e informações,
49 concentrou-se nos dois últimos anos do programa e vai ser feito um panorama geral
50 de 2018 e 2019. Explicou sobre o Programa Bahia Sem Fogo, que é o programa
51 estadual de prevenção e combate aos incêndios florestais, tem a característica de
52 multi - agências com a participação da SEMA, INEMA, Corpo de Bombeiros,
53 Superintendência de Defesa Civil – SUDEC, IBAMA, ICMBIO, Prefeituras, brigadas,
54 associações e comunidades, pois entende-se a importância de que haja uma
55 pareceria entre as instituições do Estado e a sociedade civil para que se possa ter
56 uma boa política pública de redução e prevenção dos incêndios florestais. Atualmente
57 o Bahia Sem Fogo é coordenado pela SEMA, inclusive isso é um panorama que está
58 acontecendo tanto dentro, quanto fora do Brasil, justamente por falar de incêndio
59 florestal é falar em: preservação da biodiversidade, emissão de gases do efeito estufa;
60 em educação ambiental, etc, então tudo isso coordenado pela Secretaria do Meio
61 Ambiente dar uma guinada nessas discussões. O Objetivo central do programa é
62 prevenir e combater os incêndios florestais no território baiano, visando diminuir a
63 emissão de gases do efeito estufa, proteger a biodiversidade e preservar a vida, saúde
64 e patrimônio das populações. Então tem um link muito forte do Programa com as
65 questões relacionadas à preservação da biodiversidade e também com as questões
66 de mudanças climáticas. No que se refere às ações do programa, explicou que no
67 PPA 2016-2019 a meta estabelecida foi de 780 ações, porém conseguiu-se superar

68 essa meta, chegando à 815 ações relacionadas à prevenção e combate aos incêndios
69 florestais, até o período de outubro de 2019, essas ações englobam: reuniões, ações
70 de educação ambiental, ações de combate a incêndios florestais. Pontuou que para
71 não ficar muito extenso fez uma metodologia de concentrar os dados de 2018 e 2019.
72 Em 2018 foram totalizadas 98 ações do programa, sendo que nesse universo: 34
73 municípios receberam equipamentos de Proteção Individual e de Combate (EPI e
74 EPC) aos incêndios florestais; 38 municípios tiveram cursos de capacitação de
75 brigadistas para prevenção e combate aos incêndios florestais; ações de combate ao
76 fogo em 11 municípios; foram aplicados 21 autos de infração por parte do INEMA; e
77 suporte no quesito transporte terrestre para o Corpo de Bombeiros Militar da Bahia; foi
78 instituído um Grupo de Trabalho (GT), pois houve uma necessidade de articular todas
79 as instituições estaduais para dialogar a respeito do programa, com o intuito de
80 atualizar os instrumentos normativos de prevenção e combate aos incêndios florestais,
81 esse GT teve 16 reuniões até o presente momento; 3 reuniões do Subcomitê do Oeste
82 e 1 reunião do Subcomitê da Chapada Diamantina; em 2018 foram investidos cerca de
83 R\$ 2 milhões em prevenção e educação ambiental, e no combate aos incêndios
84 florestais. Já no ano de 2019 teve uma queda nas ações, fruto das questões
85 orçamentárias do Estado, por conta disso foram totalizadas neste ano 35 ações
86 envolvendo: sistematização das localidades que receberão capacitações de EPI/EPC
87 em 2019/2020, acabou que não conseguiu realizar em 2019, pois teve que suspender
88 em razão dos sinistros de incêndios que ocorreram agora no segundo semestre de
89 2019, porém já está com o planejamento para no primeiro semestre de 2020 fazer um
90 ciclo de capacitações em municípios, especialmente, da Chapa Diamantina e do
91 Oeste; abertura de Processos licitatórios para aquisição de EPI/EPC e locação de
92 transporte veicular terrestre (pick-up, caminhão baú, microônibus, ônibus e van), esses
93 dois itens são as principais demandas da sociedade civil, dos brigadistas e também
94 das prefeituras para o programa Bahia Sem Fogo; ações efetivas de combate ao fogo
95 em cerca de 15 municípios; foram investidos cerca de 7 milhões na prevenção e
96 educação ambiental, e no combate aos incêndios florestais, apesar de menos ações
97 em 2019 houve um maior investimento, isso aconteceu pois teve-se um passivo de
98 2018 para pagar em 2019, principalmente com diárias para colaboradores e de
99 contratos de aeronaves; foram abertos 08 processos de Fiscalização no INEMA
100 (FISC/DEN-COADE - destinados a COFIS ou a Unidade Regional do Oeste, UR
101 Corrente e UR Chapada Diamantina; foi instaurado inquérito civil, com abertura de
102 processo de perícia realizado pela 20 COORPIN – Brumado, com identificação do
103 infrator com apoio do INEMA; divulgação diária em site dos Boletins de Monitoramento

104 emitidos pelo INEMA. Informou que as perspectivas do programa para 2020 são:
105 reativação do Comitê Estadual de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, que
106 neste momento estão desativados; fortalecimento dos Subcomitês regionais de
107 prevenção e combate aos incêndios florestais para dialogar com a sociedade,
108 sindicatos e associações, porque sozinho o Estado não consegue dar conta de tudo;
109 criação da sala de situação e monitoramento; contratação de helicópteros para auxiliar
110 as ações de combate; fortalecimento das ações de pesquisa e análise de áreas
111 queimadas, porque com dados mais precisos e utilizando tecnologia, para assim ter
112 uma atuação mais direcionada e efetiva, inclusive economizando recursos; produção
113 de vídeos institucionais e vídeos curtos para sites e aplicativos de comunicação
114 (whatsapp) e spot para campanha em rádios e em carros de som nas comunidades;
115 Confecção e impressão de materiais didáticos (banner, cartazes e o Álbum Seriado
116 Bahia Sem Fogo); ações de Educação Ambiental através da Caravana Bahia Sem
117 Fogo e Oficinas de Educação Ambiental em práticas agrícolas alternativas ao uso do
118 fogo; fortalecimento das ações de pesquisa e análise de áreas queimadas; elaboração
119 de mapas geoespaciais de priorização para planejamento, levando em conta os focos
120 de calor, brigadas capacitadas, ocorrência de incêndios nos últimos anos; cooperação
121 técnica com o INPE para adoção de novas tecnologias espaciais, voltadas ao
122 monitoramento dos incêndios florestais no Estado da Bahia.

123 Pontuou que tem percebido que precisa de mais dados consolidados para melhorar o
124 planejamento e as ações do programa, para compreender melhor o que está
125 acontecendo tanto na parte climática, quanto na parte de cicatrizes de incêndios e
126 focos de calor, por isso o fortalecimento das ações de pesquisas e análises das áreas
127 queimadas no Estado. A SEMA e o INEMA estão trabalhando para coletar melhor
128 esses dados e orientar o planejamento e também publicizar para a sociedade civil
129 todos esses dados

130 Apresentou alguns gráficos de focos de calor por Bioma, lembrando que existe uma
131 diferença entre foco de calor e foco de incêndio, sendo que não necessariamente um
132 foco de calor ele será um incêndio florestal, mas o foco de calor dar um norte de como
133 está à propagação de incêndios florestais e como eles podem surgir em determinado
134 bioma. No Bioma da caatinga tem uma curva de diminuição nos últimos anos, mas
135 houve um aumento em 2015 e 2016 e já tem dados consolidados sobre 2019; no
136 Bioma da Mata Atlântica houve uma curva descendente nos últimos anos, com um
137 aumento de 2016; no bioma cerrado também houve uma curva descendente, com
138 aumento em 2015, 2017 e em 2019 com elevação desses focos de calor. No que se
139 refere ao registro total do Estado da Bahia houve uma curva descendente, oporem em

140 2015 houve uma elevação, foi inclusive o ano que teve o grande incêndio na Chapada
141 Diamantina e em 2016 e 2019 mantém um fluxo de uma mesma lógica e espera que
142 isso se mantenha não muito alto, no que se pesem as mudanças climáticas estarem
143 apontando para um aumento da temperatura em todos os biomas. Finalizou a
144 apresentação e se colocou a disposição para maiores esclarecimentos.

145 Sérgio Bastos – COFIC pontuou que foi feita uma apresentação que mostrou os anos
146 de 2018 e 2019, então 2018 foi gasto 2 milhões e em 2019 gastou 7 milhões e existe
147 uma tendência de subida aparentemente e tem uma serie de ações novas e de planos,
148 o que se está imaginando esse recurso para 2020 já existe e segundo naquela
149 escalada de subida nas suas estatísticas foi falado em incêndio provocado e incêndio
150 criminoso, quanto seria isso, pois não adianta ter uma sala de situação se tudo for
151 criminoso, ai teria que ter polícia mesmo. Então como isso estar dentro dos planos da
152 SEMA/INEMA?

153 Leonardo Marques – SIDA/SEMA em relação ao orçamento é sabido por todo mundo
154 que o Estado está com problemas orçamentários o país inteiro, todos os Estados,
155 então a SEMA/INEMA vai fazer aquilo que está ao alcance, dentro do alcance
156 orçamentário também, mas existe sim uma preocupação do Governo do Estado com
157 essas questões e os recursos estão sendo liberados, não na necessidade e
158 velocidade que se gostaria, mas estão sendo liberados, tanto que este ano de 2019
159 conseguiu-se gastar quase 7 milhões, que dentro do universo da SEMA que tem
160 pouco recurso é alto. Em relação a parte dos incêndios precisa-se de mais dados,
161 mais tecnologia e mais investigação, o Estado possui um conhecimento empírico que
162 é trazido pelos brigadistas, pelos técnicos do INEMA e pelo Corpo de Bombeiros.
163 Quando senta esses três atores para conversar percebe-se que boa parte dos
164 incêndios é por fator humano e que dentro desse universo uma parte é criminosa,
165 porém não se tem como precisar uma porcentagem exata e por isso que se tem que
166 trabalhar mais com dados e tecnologias para que possa trazer isso em dados mais
167 concretos.

168 Ana Odália Sena – FBCBH perguntou quando tem um foco de calor elevado, quais
169 são as ações previstas para que aquilo não vire um incêndio?

170 Leonardo Marques – SIDA/SEMA o grande problema que tem tido é fazer o
171 monitoramento em tempo real, é uma das coisas que o Estado vai trabalhar em 2020
172 nesta parte tecnológica, no momento não se trabalha foco de calor diariamente, o que
173 se consegue fazer é uma consolidação dentro de determinado período e analisa. O
174 que se faz mesmo atualmente para debelar é manter contato com os agentes que
175 estão em campo, esses agentes acionam o Estado e informam de algum foco de calor

176 e de incêndio e o Estado monitora e aciona a cadeia de prevenção e de combate com
177 brigada, Corpo de Bombeiro e técnicos da SEMA e do INEMA.

178 Miriã Caetano da Silva – SECEX agradeceu a apresentação e pontuou que a reunião
179 já tem quórum e explicou para quem chegou que houve uma inversão do ponto de
180 pauta em razão do atraso para que conseguisse aproveitar melhor o tempo agora pela
181 manhã e aí sim antes da próxima apresentação colocou na plenária o requerimento
182 formulado pelo Comitê de bacia do Rio Paraguaçu para que incluísse mais esse ponto
183 na pauta, que seria então uma apresentação sobre a situação atual das águas da
184 bacia hidrográfica do Rio Paraguaçu e a proposta é que isso seja incluído como ponto
185 de pauta nesta reunião, antes dos informes, foi perguntado se a plenária concordava e
186 todos concordaram.

187 Passou-se para a apresentação sobre a Contaminação do Litoral Baiano com o
188 derramamento de óleo bruto.

189 Miguel Calmon Neto – Diretoria de Fiscalização INEMA pontuou que é uma satisfação
190 voltar à reunião do CONERH para apresentar um pouco das ações do INEMA,
191 especificamente em relação à questão do óleo, ações estas que a Diretoria de
192 fiscalização vem assumindo dentro do órgão, junto também com alguns dados que
193 estão ao final da apresentação relacionadas a Diretoria Administrativa e Financeira,
194 por conta de algumas ações que o Estado da Bahia tem assumido no sentido não só
195 de execução propriamente dita, enquanto área técnica, mas também financeira dessa
196 triste tragédia que atinge o litoral brasileiro como um todo. Explicou que vai trazer uma
197 linha cronológica do que aconteceu no que diz respeito ao Estado da Bahia e depois
198 desenvolver as ações e as imagens vão falar muito mais do que o que foi escrito.

199 Informou que desde setembro foram iniciados os monitoramentos das praias, e por
200 uma determinação da Diretoria Geral do órgão foi feita uma emissão de ofício ao
201 IBAMA, solicitando que eles fizessem a inclusão do Estado da Bahia no
202 monitoramento deles e das ações que estavam sendo desenvolvidas naquele sentido,
203 justamente para agir de forma preventiva em relação a essa situação antes que
204 qualquer toque acontecesse no Estado da Bahia. Infelizmente em 03/10 teve o
205 primeiro toque confirmado em Jandaíra, no município de Conde, inicialmente
206 começando por Mangue Seco, o Inema monitorou juntamente com a Gestora da Apa
207 Litoral Norte e com a comunidade, por ter contato mais próximo. E ai foi
208 desencadeado toda uma ação dos técnicos irem a campo, através do Plantão de
209 emergência do INEMA e não só os técnicos do plantão de emergência, como também
210 todas as outras unidades do órgão foram mobilizadas para acompanhar esse evento.
211 Em 14/10 foi feita através do Governo do Estado, a publicação do decreto Estadual nº

212 19.288 de emergência e dos municípios do Litoral Norte que aderiram foi Jandaíra,
213 Conde, Esplanada e Lauro de Freitas. É importante frisar que o que vem se
214 conseguindo de êxito em relação a essas ações, é a ação conjunta dos órgãos e
215 comunidades, isso é indiscutível. Em 28/10 foi iniciada a remoção desses resíduos
216 que foram coletados pelas prefeituras, pelos órgãos parceiros CDA, Petrobras, Corpo
217 de Bombeiros e começa a promover a destinação desses resíduos para um local
218 adequado, retirando então dos municípios que foram afetados. Em 29/10 teve a
219 publicação do decreto estadual 19.305, em que envolve alguns municípios do Sul do
220 Estado começando por Itaparica, Valença até a região de Belmonte, esses municípios
221 estão na maioria dentro desse decreto de emergência para o Sul do Estado e as
222 ações continuam desde então. O órgão planeja suas ações de acordo com a
223 distribuição das suas unidades regionais, localizadas nas seguintes regiões: Litoral
224 Norte, Salvador, Baixo Sul e Sul e Extremo Sul, diante disso faz as ações de
225 monitoramento diário nas praias afetadas, assim como contatos com as prefeituras
226 para saber como está à situação, se houve toque, se não houve, qual a necessidade
227 de apoio, além das visitas as praias, sendo essas ações desenvolvidas por um efetivo
228 de quase 40 técnicos nessas unidades mencionadas sede, Sul, Baixo Sul e extremo
229 Sul, englobando técnicos das demais unidades regionais do órgão também foram
230 destacados para poderem ir para essas áreas e fazer o atendimento dessas
231 demandas em virtude da grande concentração de atividades a serem desenvolvidas,
232 para saber como está a situação e informar a Sede do INEMA para que seja adotada
233 as medidas cabíveis. Destacam-se como principais ações e atividades desenvolvidas
234 pelo INEMA: aquisição de EPIs e materiais; recebimento e distribuição de EPI'S, um
235 fato importante que este evento trouxe foi à união coletiva, o órgão tem recebido muita
236 doação de EPI'S e de materiais, então o INEMA junto com a SEMA e a Defesa Civil
237 tem coordenado esse recebimento e a distribuição desses equipamentos, mas
238 infelizmente ainda continua tendo os toques e ainda tem a necessidade de continuar
239 fazendo nesse momento a aquisição de fato desse material para se proceder com a
240 distribuição, já que o que recebeu de doação na sua grande maioria está se
241 esgotando; participação nas reuniões do Comando Unificado o qual tem
242 representações dos seguintes órgãos: SEMA, INEMA, Corpo de Bombeiros, Marinha,
243 Exército, Universidades, comunidades para poder acompanhar essa situação e
244 deliberar pelas ações que são necessárias no momento; vistorias aos estuários do
245 Litoral Norte com especialistas do ITOPF (Organização Internacional dos proprietários
246 de navios petroleiros), a qual é focada nesses atendimentos a situações de
247 emergência relacionadas a derramamento de petróleo, então alguns desses

248 especialistas vieram para o Brasil e foram feitas algumas visitas nos estuários do litoral
249 Norte, começando pelo município de Jandaira até a foz do rio Joanes;
250 acompanhamento dos mergulhadores das marinhas nas visitas aos estuários do litoral
251 nordestino em especial aqui na Bahia o inema acompanhou, foram feitos alguns
252 mergulhos na região de Itacaré e Comurujatiba e o objetivo deles é saber o que houve
253 de entrada de óleo nesses estuários só que agora focado na parte sul e fazendo
254 avaliação mais profunda do que tem lá na parte debaixo dos rios; elaboração de
255 cartilhas e documentos técnicos para orientar as comunidades, quanto a forma de
256 armazenamento e coleta desses resíduos, essa cartilha foi distribuindo e colocada nas
257 suas redes sociais para consulta das prefeituras, das comunidades; além das coletas
258 de água que o INEMA tem a publicação semanal dos boletins de balneabilidade e
259 foram adicionados alguns elementos a mais, especificamente o HPA para saber da
260 existência desse elemento que é o que compõe na sua grande maioria o
261 hidrocarboneto, em relação as coletas que foram feitas pelo órgão no litoral baiano e
262 isso vem sendo publicado também a medida que os resultados chegam. Pontuou que
263 houve uma grande mobilização das comunidades locais e o apoio do Corpo de
264 Bombeiros que foi de grande importância para auxiliar na coleta do material que
265 chegou às praias, naquele momento a destinação era acomodar o resíduo da forma
266 que tinha e depois foi conseguindo lugares para colocar o material recolhido. Informou
267 que no Litoral Norte não foi observado à entrada de quantidades significativas de
268 resíduos nos manguezais e nos estuários, mas já nos estuários do Sul e extremo Sul
269 do Estado sabe que tem acontecido isso. No que diz respeito às ações que estão
270 sendo desenvolvidas pela Diretoria Administrativa e Financeira do órgão,
271 especificamente, no apoio e na execução propriamente dita da destinação dos
272 resíduos, como o INEMA tem agido nesse sentido junto aos municípios que foram
273 atingidos pelo recebimento das manchas de petróleo. Até o momento já foram feitas
274 as coletas em 10 municípios dentre eles, Jandaíra, Conde, Esplanada, Entre Rios,
275 Lauro de Freitas, Cairu, Ituberá, Maraú, Una e Canavieiras e está com planejamento
276 de na semana que vem se tudo der certo iniciar na região do extremo Sul, hoje a tarde
277 será definida a logística e se vai ser iniciado por Belmonte ou Porto Seguro. Então já
278 se tem uma extensão total de 326,04 KM de linha de praia desses municípios que
279 foram atendidos a partir da destinação final desses resíduos, até a data de 28/11 já
280 foram coletadas 248 toneladas de resíduos desses municípios, quase 250 toneladas,
281 sendo que arriscaria dizer que isso não representa nem 50% do que ainda tem que
282 retirar dos outros municípios. Especificando por região em Jandaira e Mangue Seco foi
283 coletado 19.700 Kg de resíduos, sendo que as coletas foram realizadas pelos

284 representantes dos municípios e do corpo de bombeiros; no município de Conde foi
285 coletado 56.610 Kg de resíduos, foi uma quantidade expressiva. Frisou o apoio que a
286 CERB tem dado nessas ações, tem sido fundamental nas retiradas desses resíduos,
287 pois a instituição cedeu os caminhões para fazer a logística de retirada e destinação
288 desses resíduos dos municípios, pois é necessário um caminhão que tenha um
289 munque que é aquele braço articulado, para pegar o BEG e colocar em cima do
290 caminhão; no município de Esplanada foi coletado da praia de Baixio 5.620 Kg de
291 resíduos; no município de Entre Rios foi coletada 42.040 Kg de resíduos entre as
292 praias de Subáuma, Porto de Sauípe e Massarandupió; no município de Lauro de
293 Freitas foi coletada 11.320 Kg de resíduos; no município de Cairu tem uma
294 especificidade bem difícil, e o INEMA está operando lá até hoje que é o problema das
295 Ilhas, então Boi Peba, Itinharé e Morro de São Paulo é uma dificuldade muito grande
296 fazer a remoção desse material e a quantidade que chegou e chega até hoje naquela
297 região é muito grande e persistente, foi coletado 9.210 Kg de resíduos inicialmente,
298 porém ainda tem mais para ser retirado. Pontuou que a logística de Cairu consiste na
299 contratação de balsas para poder retirar esses resíduos das ilhas e para isso
300 anteriormente, foi feito alinhamento com o pessoal da marinha e da prefeitura e depois
301 o resíduo vai para Valença onde estará o caminhão da CERB aguardando para
302 retirada e a destinação final do resíduo. Pontuou que tem sido uma ação desgastante,
303 é necessário ajustar isso com o tempo da maré e a quantidade de horas para que seja
304 possível realizar a navegação sem oferecer nenhum tipo de risco; no município de
305 Ituberá foi coletado 20.070 Kg de resíduos; no município de Maraú foi coletada 52.730
306 Kg de resíduos; no município de Una foi coletada 11.320 Kg de resíduos; no município
307 de Canavieiras foi coletada 8.590 Kg de resíduos. Ressaltou que todos os custos
308 dessas ações estão sendo do Governo do Estado da Bahia sem nenhum tipo de apoio
309 financeiro para custear essas ações do Governo Federal. Pontuou que tem sido ações
310 árduas, difíceis do ponto de vista técnico, e operacional de se executar em campo, os
311 resultados operacionais e logísticos apresentados demonstram o tamanho desse dano
312 para o Estado e isso não está considerando o que chegou em costão rochoso e que
313 está lá e o Corpo de Bombeiros está fazendo a limpeza, de fato são ações muito
314 difíceis e que o INEMA está aprendendo e fazendo. Ressaltou que nessas ações
315 houve um esforço coletivo de todos os envolvidos, então existiu a união para tentar
316 solucionar mais rápido e da melhor forma possível essa situação, que é sem dúvida
317 um desastre sem precedentes. Finalizou a apresentação e se colocou a disposição
318 para esclarecer qualquer dúvida.

319 Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho – ACOSMQST perguntou qual o destino desse
320 material, se por ele ser um produto usado em outros subprodutos, ele ir para o aterro
321 sanitário é o local e o destino mais correto que vocês encontraram ou porque não tem
322 outra opção. Questionou isso, por que em Campo Formoso tem uma fábrica de cimento
323 e eles usam todo tipo de material de combustão nos seus fornos e esse material, por
324 exemplo, é de alta combustão.

325 Miguel Calmon Neto – INEMA esclareceu que o material não foi destinado para um
326 aterro sanitário, mas sim para o aterro industrial, por tratar-se de um resíduo perigoso
327 que tem uma especificação diferente, então de fato o aterro sanitário não poderia
328 receber esse material, o que se sabe é que existe uma possibilidade de
329 coprocessamento desse material o petróleo é fonte de energia e pode ser utilizado
330 como combustível, só lembrando que parte desse material não veio apenas com
331 petróleo, mas também com galho de árvores, algas, areia, então isso está sendo
332 avaliado para que eventualmente possa ser feito algum tipo de destinação futura e uso
333 desse material para que de fato não fique ali apenas guardado e eventualmente
334 acomodado naquele aterro industrial que tem como dito as exigências necessárias para
335 armazenamento do material, considerando inclusive que é um aterro industrial
336 licenciado pelo INEMA.

337 Sérgio Bastos – COFIC aproveitando um pouco do debate da reunião do Cepam para
338 cá e aproveitando aqui também presença da Bahiapescas e da SESAB uma das coisas
339 que não foram completamente respondidas e ficaram algumas questões no ar. Quanto
340 aos estuários dos rios aquela inspeção que foi feita aparentemente na maior parte dela
341 visual, qual seria a continuidade desse monitoramento e se o INEMA pegou amostra e
342 se já tem algum resultado para ser divulgado? E no aspecto da Bahiapescas e de tudo
343 que sabe que foi coletado, o que já está podendo ser divulgado ou o que ainda está em
344 análise para ser divulgado, ou seja, como está à situação atual tanto do Bahiapescas,
345 quanto da SESAB?

346 Miguel Calmon Neto – INEMA em relação às visitas feitas aos estuários, ao final foi
347 elaborado uma Nota Técnica conjunta do INEMA, ITOPE e também do IBAMA em que
348 algumas recomendações foram feitas, mas não sabe dizer todas, pois essa inspeção
349 não foi apenas nos estuários, pois também foram visitadas as linhas de praias, por
350 exemplo, foi recomendado que utilizasse mergulhadores e a Marinha disponibilizou; foi
351 solicitado a cada cinco metros de linha de praia fosse feita uma escavação para verificar
352 eventualmente material enterrado e essas coisas estão no documento para o INEMA
353 eventualmente viabilizar. Todas essas idéias, sugestões e recomendações técnicas no
354 que diz respeito a esse monitoramento a médio e longo prazo estão sendo sinalizadas

355 no documento e vão ser adotadas pelo INEMA. Em relação aos estuários foi feita coleta
356 de sedimentos e de água para justamente avaliar essa situação e esse impacto, porém
357 não sabe informar se já teve resultado disso, inclusive porque isso está a cargo da
358 Diretoria de recursos hídricos do Órgão hoje e por conta disso não tem certeza se esses
359 dados já foram publicados.

360 Ana odália – FBCBH colocou que para o Extremo Sul foi muito importante a participação
361 da sociedade civil, lá quem fez praticamente tudo foram os pescadores, marisqueiras,
362 os técnicos das secretarias de meio ambiente dos municípios, pois a presença do
363 INEMA na região é muito pequena, pois tem poucos técnicos. Destacou o empenho dos
364 pescadores e marisqueiras que foram fundamental. Quando o IBAMA e a Marinha
365 chegou na região já estava praticamente tudo coletado.

366 José Júnior – Bahia Pesca em relação às análises e coletas dos pescados começaram
367 no dia 03 de outubro de 2019, 1 mês depois, pois não adiantava fazer logo no início. No
368 litoral Norte foi feita a coleta de carangueijo, siri, peixe, ostra sendo que é utilizado toda
369 a cadeia, um filtrador, um detritivo e o pescado que é comercialmente pescado pelos
370 pescadores que foram afetados diretamente com o óleo. Foram feitas essas análises e
371 dentro do padrão da legislação internacional não teve a principio contaminação desse
372 pescado. E a Bahia Pesca foi coletando pescados da região metropolitana até o
373 extremo Sul e esses pescados estão em análise e informou que até o final da semana
374 que vem já terá os resultados do Litoral Sul, Extremo Sul e Baixo Sul, depois disso é
375 feito uma nota técnica referente a esses resultados e passa para o pessoal da SESAB,
376 para que eles elaborem outra nota técnica em relação a isso. Informou que ontem o
377 pessoal da casa Civil solicitou para a Bahia Pesca um detalhamento orçamentário em
378 relação às outras análises, pois não adianta fazer só a análise e não ter o
379 acompanhamento, porque o acúmulo de hidrocarboneto é um acúmulo a longo prazo e
380 por conta disso vai fazer o acompanhamento bimensal durante um ano e depois vai
381 diminuindo a parte temporal, mas fazendo acompanhamento também. Informou
382 também que a Bahia Pesca está fazendo o cadastramento de todo o litoral, dos
383 pescadores que foram afetados. Os cadastramentos já estão pela região de
384 Canavieiras, Prado, pois a Bahia pesca vai monitorar essas pessoas diretamente,
385 monitorar o consumo de pescado, se as pessoas com os resultados que estão saindo,
386 já estão voltando a consumir o pescado e etc.

387 Ericka Costa Martins – SESAB informou que em relação a essas análises da Bahia
388 Pesca a SESAB recebeu o resultado e junto com a Anvisa foi analisado essas 23
389 amostras do Litoral Norte e dessas amostras não deram nenhum resultado a cima do
390 valor máximo permitido e a medida que a Bahia Pesca vai liberando os resultados eles

391 são encaminhados para a Divisa que junto com a Anvisa faz toda essas análises para
392 ser divulgado. Então está sendo divulgado no portal da Bahia Pesca e no Portal da
393 SESAB. Aproveitou para falar que além disso, a SESAB elaborou uma nota técnica para
394 os profissionais de saúde, então toda rede de saúde desde vigilância à assistência nos
395 38 municípios eles foram capacitados, inclusive a SESAB está essa semana com uma
396 equipe in loco na região Sul pegando ilhéus, Itacaré, Uruçuca capacitando todos esses
397 profissionais (desde vigilância sanitária, epidemiológica, e atenção básica) até por conta
398 do cadastramento dos pescadores, marisqueiras e o acompanhamento além deles dos
399 trabalhadores que fizeram essa parte da coleta do óleo, como também dos voluntários.
400 Foram elaborados cards para profissionais de saúde, para população; cartazes para
401 colocar nas unidades de saúde, principalmente chamando atenção para sinais e
402 sintomas dessas pessoas, elaboração de protocolo para acompanhamento. Então a
403 saúde vai ficar fazendo esse acompanhamento de todas essas pessoas envolvidas na
404 coleta do óleo. Informou também que foi aberto o COE - Comitê operacional
405 emergencial da área de saúde, então tem o COE Nacional, o estadual e agora os COES
406 municipais trabalhando com medidas referente à contaminação do óleo. Aproveitou a
407 oportunidade para convidar a todos à participarem nos dias 11 e 12 de dezembro no
408 auditório da Fiocruz Bahia a realização de um seminário sobre a questão do
409 derramamento de óleo, onde estarão representantes do ministério da Saúde, Fiocruz
410 Rio de Janeiro, Fiocruz Bahia, UFBA, pescadores, marisqueiras, a Bahia Pesca,
411 SESAB, e terão falas tanto a nível Estadual, regional e municipal para passar
412 informações referentes a isso.

413 Renato – CREA/BA informou que houve notícias que análises feita pela universidade foi
414 encontrado contaminação em alguns materiais colhidos, o INEMA interagiu com a
415 universidade? Quando foi a última ocorrência de chegada de óleo e se o órgão está
416 considerando que este problema está superado quanto à perspectiva de chegada de
417 novas manchas de óleo? Por fim, perguntou se o INEMA está computando os custos
418 disso para uma eventual indenização em si identificando responsabilidades por este
419 acidente?

420 Miguel Calmon Neto – INEMA informou que o INEMA está computando e registrando
421 todos os custos das ações que estão sendo realizadas até por uma determinação do
422 próprio Governo também, para eventual cobrança futura dos responsáveis. Quanto ao
423 tempo de monitoramento, esse monitoramento no mar é algo que diz respeito ao
424 Governo Federal e a Marinha e o que esta coloca a todo momento junto com a equipe
425 da Petrobras é que o Brasil não tem tecnologia para isso, obviamente a gente enquanto
426 estado não tem com toda certeza, então não se pode precisar até quando. Informou

427 ainda que não tenha tido novos toques desde quinta da semana passada,
428 eventualmente o que tem tido é uma disponibilização no solo por conta de material
429 que estava enterrado e por conta da maré voltou. Então o INEMA está trabalhando
430 nessa perspectiva, entendendo que isso é uma parte do enfrentamento do problema, a
431 chegada do toque, o que se vai ter de monitoramento, de ações de remediação, a
432 questão dos impactos aos corais, o Estado, propriamente o INEMA tem ciência disso e
433 ressaltou que o estado enfrentou parte desse problema que foi a chegada do óleo, mas
434 sabe-se que ainda tem muito que fazer na frente e tudo isso ainda está sendo pensado
435 nas identificações dessas ações de monitoramento e remediação que serão
436 necessárias daqui para frente. Finalizou agradecendo a atenção de todos.

437 Miriã Caetano da Silva – SECEX agradeceu a apresentação de Miguel e da equipe
438 INEMA que esteve no CEPRAM e hoje aqui no CONERH. Ressaltou a importância da
439 presença da SESAB, pois lá no CEPRAM também saíram perguntas em relação à área
440 de saúde e pontuou também em uma próxima reunião a importância de dar esse
441 retorno em relação a essas situações em que toda sociedade e o conselho tem
442 interesse em ter esse feedback, independente das reuniões, aquilo que chegar a
443 SECEX vai ser encaminhado via e-mail aos conselheiros. Foi dada continuidade a
444 pauta, passando para análise e aprovação do parecer que embasou uma deliberação
445 do comitê de Bacia do Salitre, tendo como relator Manoel Ailton e informou que
446 aconteceram duas reuniões da CTIL só para discutir as questões envolvendo essa
447 deliberação e quanto mais precise se reunir e discutir alguns pontos nas câmaras
448 técnicas, a matéria chega melhor pensada e elaborada para os conselheiros na
449 plenária.

450 Manoel Ailton Carvalho – ACOSMQST pontuou que essa deliberação do Salitre, todos
451 vem acompanhando há um tempo e ela se deu por vários conflitos que vem
452 acontecendo por conta da escassez de água e de todos os impactos que vem sendo
453 causados nessa bacia e com certeza já era sabido que ia chegar a um ponto que esses
454 conflitos iriam se multiplicar, chegando a um ponto de instabilidade e de não ter
455 sustentação para que as comunidades pudessem ter o abastecimento de água pelo
456 menos para consumo. Então a Comunidade de Baixinha que foi diretamente impactada,
457 pelos empreendimentos que chegaram à região e começaram a explorar a utilização
458 das águas subterrâneas e isso vem se agravando ao longo do tempo. Informou que a
459 Bacia do Salitre compreende 09 municípios, na região centro norte da Bahia, fica entre
460 a bacia do Itapicuru e a Bacia do Verde Jacaré, sendo uma sub-bacia do São Francisco.
461 É caracterizada por ser uma região cárstica, onde o solo é de dolinas, formando muitas
462 cavernas e não é uma região que tem esse perfil de agricultura, principalmente uma

463 agricultura que explora a água de forma bastante impactante, então são considerados
464 grandes agricultores pelo tamanho da região e pela escassez de água e hoje tem se
465 intensificado, inclusive não só na parte baixa, como também na parte do médio Salitre.
466 Então não seria uma região que tem a vocação para esse tipo de monocultura, com
467 caráter de comercialização e não para subsistência. E passou a lê o parecer da CTIL.
468 Pontuou que esta deliberação vem como um ponta pé inicial para o CBH Salitre fazer
469 uma gestão institucionalizada, onde os órgão que são responsáveis pela gestão e
470 execução das políticas públicas possam tomar as medidas juntamente com os
471 moradores dessa bacia para que se possa ter melhores resultados para a vida dentro
472 da Bacia.

473 Sérgio Bastos – COFIC questionou com relação a prazo de validade dessa portaria,
474 pois a única questão que foi falada em prazos, foi de quatro meses para adequação das
475 áreas, mas a portaria em si não foi estabelecido nenhum prazo e validade, ela está
476 valendo até segunda ordem.

477 Evilásio Fraga – FAEB informou que participou da última reunião da CTIL e nesta
478 reunião foram abordados alguns aspectos da legalidade e também foram levantados
479 alguns aspectos de ordem técnica que são abordados nessa portaria. O primeiro ponto
480 que destacou foi à realidade da bacia do Salitre, existe a crise hídrica que já vem
481 atravessando, a permanência da seca e pontuou que já era para ter iniciado um ciclo de
482 chuvas no Estado da Bahia, porém este não foi iniciado ainda. Porém na apresentação
483 foi destacado algumas questões que são importantes como, por exemplo, outras
484 regiões da Bahia que vem sofrendo com seca, produtores dessas outras regiões tem
485 migrado para onde ainda existe alguma possibilidade de atividade de agricultura irrigada
486 de maneira clandestina e isto tem impactado e aumentado o problema onde já se tem
487 problema, então é importante que se destaque isso. Outro ponto de destaque é que o
488 Salitre tem um Plano de Bacia e esse plano como foi dito, já indica algumas ações e
489 usos prioritários para a água, mas também indica algumas ações como a questão do
490 cadastro e o cadastro como o próprio plano diz que a informação do cadastro é precária
491 e o uso de água sem outorga. Saliou que são questões importantes e relevantes
492 para a gestão dos recursos hídricos e que tem uma interface na portaria, que foi dito,
493 por exemplo, que o rio era perene e com a questão climática e a questão do uso
494 insustentável dos recursos hídricos passou a ser temporário ou quase não ter mais rio
495 em alguns trechos. Então essas questões são importantes de serem destacadas,
496 registradas em ata, porque isso não é uma situação exclusiva do Salitre, isso é uma
497 situação que rebate em várias outras bacias do Estado da Bahia e a gravidade do
498 problema e o tempo passando sem uma ação efetiva de enfrentamento destes

499 problemas só está avolumando e criando uma situação quase que insustentável para as
500 comunidades que vivem nessas bacias tanto as que tem atividades econômicas, quanto
501 as que simplesmente são moradores dependentes de água para uso pessoal. Destacou
502 isso, pois se continuar com esse modelo que tem hoje em que a gestão dos recursos
503 hídricos está toda calçada em cima da ação do Governo do Estado, através do INEMA
504 que é o órgão gestor de recursos hídricos. Disse não vê perspectiva de solução, então
505 entende que este Conselho precisa aprofundar a discussão e que é necessário
506 aproximar a gestão dos recursos hídricos nos aspectos que forem possíveis da gestão
507 municipal, afinal de contas tem a gestão ambiental compartilhada e nessa gestão e na
508 própria lei complementar 140 estabelece que os municípios tenham atribuição de
509 fiscalização e cabe a gente analisar que outras atribuições poderiam envolver os
510 municípios. A questão do cadastro mesmo, se este não for feito com a qualidade devida
511 o uso desse dado cadastral vai ser muito questionável e o Estado termina usando
512 dados precários para gerar informação e tomar decisão que não vai representar
513 efetivamente a realidade. E outra questão é que tem previsão legal que é co-gestão e é
514 necessário que esse Conselho discuta com mais tempo de que maneira vai integrar os
515 municípios e a co – gestão para ter alguma gestão de recursos hídricos, porque hoje
516 não existe esta gestão, hoje se tem emissão de outorgas com uma dificuldade enorme,
517 porque o setor de outorga tem pouco funcionário e a demanda é grande; a
518 disponibilidade hídrica em algumas regiões já não se permite mais outorgar e as
519 pessoas vão e se instalam clandestinamente agravando o problema; o estado não tem
520 condição de fiscalizar, as demandas de fiscalização chegam no INEMA e o órgão não
521 vai a campo fiscalizar e isso tem gerado uma preocupação muito grande, porque quem
522 vive no interior e que vive da atividade de uso de água, percebe o esgaçamento das
523 relações estarem no limite tal que prevê se nada for feito, acontecer conflitos de
524 pessoas gerando inclusive a possibilidade de mortes, mesmo em regiões onde existe
525 alguma estrutura a falta da presença do Estado para junto com os outros setores
526 envolvidos tentar dar alguma regulação, alguma gestão dos recursos hídricos tem
527 contribuído e muito para uma situação que é preocupante. Com relação à deliberação
528 do Salitre é uma demonstração de uma situação já de desespero, porque as pessoas
529 que estão lá estão de fato precisando de algum norte, mas percebe ainda algumas
530 falhas jurídicas e de ordem técnica, como também na apresentação que se for possível
531 ser feita ainda hoje do Paraguaçu replica muito o que foi apresentado aqui.

532 Sérgio Bastos – COFIC complementou que lembrando da sequência de como a
533 deliberação foi apresentada, das restrições eventuais de aplicabilidade da forma como a
534 deliberação veio, essa deliberação foi estudada novamente, porque todo mundo

535 entende das restrições reais que existem, então esta deliberação visa disciplinar
536 minimamente uma coisa que está suportada pela lei de estabelecer uma forma de fazer
537 uma fiscalização com a melhor adequação dos usos da água, entendendo que o
538 INEMA, juntamente com o Comitê terão que fazer uma ação para cumprir o que está
539 disposto nessa deliberação. Pontuou que a deliberação estabelece uma forma de como
540 atuar e à medida que ela for publicada no dia tudo isso tem que acontecer, porque se
541 não monitorar nada do que está disposto vai acontecer, porém sentiu imaginou que a
542 deliberação fosse mais objetiva no tempo de validade.

543 Samir Felipe – SECEX esclareceu que na verdade isso são recomendações que a CTIL
544 deu, após ouvir toda problemática da situação. A portaria seria aprovando o que foi
545 deliberado e informou que a SECEX encaminhou na convocação uma minuta de
546 resolução CONERH que aprovará a deliberação, a resolução CONERH ela atende a
547 aprovar o que foi previsto em deliberação e contextualizar em que região será aplicado
548 isso, que é a região do conflito, então o que vai ser aplicado no conflito são aqueles
549 parâmetros da deliberação 02 do salitre. Essas outras recomendações é o
550 entendimento da CTIL que devem ser encaminhadas e trabalhadas junto aos órgãos
551 responsáveis e ao mesmo tempo sinalizou que a maioria dessas ações já são
552 realizadas. Informou que essa resolução CONERH é um modelo utilizado pelo Conselho
553 Nacional de recursos Hídricos quando se aprova deliberações de comitês Federais e o
554 que foi incluído foi a questão de que a resolução vai se aplicar ao baixo curso do Rio
555 Salitre, compreendido pelas unidades de planejamento e gestão do Pacuí e o baixo
556 Salitre conforme definido no Plano de recursos Hídricos e Enquadramento de corpos de
557 água da bacia que foi aprovado no CONERH, então o que o CONERH delibera e
558 restringe é a aplicação e deliberação do comitê, que são aquelas deliberações de dois
559 litros por segundo.

560 Walter Guerra – INEMA informou que trabalha a 20 anos na região e é natural de
561 Juazeiro e frequenta o baixo salitre desde sempre e o rio não tem capacidade para uma
562 cultura perene, então esta é uma região para subsistência para não afastar as pessoas
563 de lá quando o rio estiver secando. Ao redor do Salitre, até dentro da bacia tem diversos
564 projetos de irrigação com a água do São Francisco como: Projeto salitre, projeto tourão,
565 projeto maniçoba que é o local apropriado para quem desejar produzir uva, manga, ou
566 seja lá no Salitre geralmente é subsistência. Salientou que esse foi um pedido da
567 comunidade e essa regularização permite que se tenha um instrumento legal que possa
568 exercer uma política de fiscalização mais eficaz e não deixar que cara invada a terra do
569 outro, derrube a barragem do outro e possa acontecer mortes como foi citado.

570 Bruno Jardim – INEMA pontuou ser interessante o movimento dos Comitês na busca de
571 deliberar e trazer situações. Informou que a prática de alocação que a ANA tem feito é
572 em reservatórios, então nesse reservatório tem uma água e sabe-se quando termina o
573 período das chuvas e quanto tem de água e tem a noção de quanto as pessoas estão
574 consumindo e assim vai fazendo a conta como se fosse um saldo bancário. Quando tem
575 um rio e não tem uma barragem, tem uma vazão que mede no rio e quando se mede
576 essa vazão do rio, não é a vazão que a natureza está produzindo, é o que sobrou do
577 produzido pela natureza e que é retirado do que as pessoas consumiram. Então assim,
578 não se tem um elemento tão concreto quanto um volume de água em um reservatório e
579 que pode ir administrando e de fácil mensuração. Seria interessante que esta
580 deliberação pôde-se ser avaliada de tempo em tempo para vê como pode se
581 aperfeiçoando o processo a partir de um conhecimento que vai se formar com esse
582 procedimento, ou seja, um processo contínuo de aperfeiçoamento.

583 Miriã Caetano da Silva – SECEX esclareceu que durante as reuniões da câmara técnica
584 muitos desses aspectos trazidos aqui foram levantados, agora houve uma ponderação,
585 por exemplo, da necessidade dessa deliberação saísse, pois vem desde abril, então
586 havia uma cobrança constate que tomasse uma posição em um prazo razoável para em
587 fim mediar um conflito que é real. Outro aspecto é que foi levantado e sinalizado que
588 durante todo esse período e o que está posto e foi trazido foi fruto de escuta, ou seja, a
589 um consenso principalmente da comunidade que está lá e isso ficou claro na CTIL.

590 Manoel Ailton – ACOMQST reforçou a necessidade dessa deliberação, porque à
591 medida que vai passando as questões vão se agravando e no médio salitre está
592 acontecendo a mesma coisa, então se não for tomada uma providência não vai ser
593 conseguido parar com esse uso desenfreado. E solicitou focar em aprovar a deliberação
594 e daí em diante vê as conseqüências.

595 Miriã Caetano da Silva – SECEX pontuou que dentro daquela proposta de planejamento
596 do CONERH que se vai trabalhar alguns pontos que já estão postos, pode fazer nesse
597 planejamento um registro da retomada desta resolução em um prazo razoável, porque é
598 preciso também que se perceba os efeitos da deliberação e a SECEX se compromete
599 então a naquele planejamento trazer essa deliberação ou outra que necessite, pois
600 assim nem se delimita prazo e seria considerado a partir das discussões qual seria o
601 prazo para que se analise com o comitê os efeitos da deliberação.

602 Evilásio Fraga – FAEB pontuou que não viu nos estudos se foi apreciado em alguma
603 câmara técnica a questão de disponibilidades para esse trecho que está sendo objeto
604 da resolução, os volumes outorgados para subsidiar essa decisão? Porque na
605 resolução não se faz nenhuma referência a volumes outorgados nesse trecho do rio e

606 diz que isso é uma informação relevante, pois a legislação baiana e federal ela prevê
607 em situações extremas de escassez uma suspensão parcial ou total de volumes
608 outorgados, só que para isso é preciso que se estabeleça um prazo, pois não pode
609 fazer isso sem nenhum prazo pela legislação e não percebeu isso e aí corroborando
610 com o que o professor bruno colocou, diante da situação fática do Rio seco, das
611 condições climáticas atuais e que vem se acumulando nos últimos anos, ou seja, foram
612 se exaurindo aquela poupança de água que estava no solo e no subsolo. Então se não
613 teve esses dados técnicos, pode-se chegara à conclusão até que os 2 litros serão mais
614 do que efetivamente vai ter disponibilidade, isso é só um questionamento. Informou que
615 sabe que a pior coisa que tem é ficar vendo a situação e não propor nada. Disse que
616 está levantando algumas questões, pois esse Conselho não pode se desgastar, o fato
617 concreto é o salitre está pedindo socorro, assim como o Paraguaçu está pedindo
618 socorro. Existem vários instrumentos de gestão previstos na lei e esse socorro está
619 sendo difícil de ser dado e está com essa intensidade, porque esses instrumentos de
620 gestão não estão sendo operacionalizados em que pese o Salitre que tem uma
621 condição infinitamente melhor o Paraguaçu, porque já tem o plano de bacia, já tem um
622 estudo técnico que pelo menos já dar um norte.

623 Samir Felipe – SECEX esclareceu que isso foi questionado na CTIL, inclusive os
624 representantes do INEMA estavam e foi feito esse levantamento e viu que não tem
625 existência de outorga e o cadastro é incipiente ainda lá na região e até foi colocado
626 naquelas recomendações e na própria deliberação quando couber a regularização
627 desses usuários no caso da outorga e disse que Walter pode falar melhor, pois eles
628 fizeram uma fiscalização na região e que também está citada e serviu para o debate
629 dentro da CTIL.

630 Walter Guerra – INEMA pontuou que o que o Salitre está clamando é nos 333 km de
631 água de rio perene, era o maior afluente do São Francisco no sub médio, hoje ele
632 recebe água do São Francisco para poder ter água nos trechos, então realmente isso
633 começou nas décadas de 80 e não existia uma gestão naquela época, então o que
634 acontecia a medida que o Rio secava um trecho as pessoas iam subindo. Informou que
635 o plano indicou a ausência de outorga no trecho, ausência de um cadastro efetivo (são
636 78 usuários que estão cadastrados no rio Salitre) e sabe-se que tem pelo cadastro da
637 CERB mais de 2000 poços na região, então é uma coisa bem incipiente mesmo. Mas
638 esse é o único trecho de água superficial do rio e que está sendo usado da maneira que
639 as pessoas bem entendem, então disse que concorda que a gestão pode evoluir, isso
640 tudo está previsto no plano de bacia e é a ação que o comitê tem cobrado a própria
641 DIRAG/INEMA para que se faça essa gestão melhor, agora a outorga ainda hoje no

642 Estado é centralizada aqui em Salvador bem como o cadastro, já a fiscalização não,
643 então uma pessoa que está em Juazeiro ele pode exercer uma fiscalização muito forte,
644 porque fazer uma fiscalização por ausência de outorga vai se pegar todos os usuários
645 que estão na região, mas foi feita uma fiscalização e viu que mais de 80% das
646 propriedades tem até dois hectares, então isso não vai impactar diretamente naquele
647 que está na subsistência, vai impactar aquele que foi citado por Manoel Ailton que vem
648 de fora e quer plantar. Então são situações que ou se toma providências agora ou não
649 vai estar aqui para tentar fazer isso lá na frente.

650 Evilásio Fraga – FAEB solicitou a inclusão de dois pontos na minuta, informou que
651 existe uma portaria do INEMA tratando sobre medidores de vazão, a qual estabelece
652 que a cima de 43,2 metros cúbicos é preciso instalar um hidrômetro e nessa resolução
653 não faz menção a isso, fala em volume e área, mas não tem efetivamente a medição de
654 quanto está sendo retirado de volume, ou seja, que seja citado na resolução que é
655 prioridade que se instale os hidrômetros e que se faça até algum tipo de estudo de
656 proposta de como coletar esses dados, pois esses dados serão importantes para no
657 futuro vir a revisar essa resolução e servir de parâmetro para outras regiões. Outro
658 ponto é que por se tratar de uma questão atípica, precisa-se dar uma temporalidade
659 para a validade dessa resolução, essa resolução não pode sair sem ter uma
660 temporalidade que pode ser de seis meses, um ano, porque a lei estabelece que em
661 casos de fazer medidas de redução de utilização de vazão em função da utilização e
662 aspecto climático a lei estabelece que tem que ter uma temporalidade nem que ao
663 chegar ao final a resolução seja renovada pelo Conselho. A temporalidade é expressa
664 na lei.

665 Miriã Caetano da Silva -SECEX colocou em votação a deliberação e a resolução como
666 está posta, considerando inclusive tudo que foi dito aqui e os questionamentos que
667 foram feitos na CTIL e o prazo estabelecido que foi dado quando a SECEX encaminhou
668 a pauta para que fizessem algumas recomendações e sugestões entre a convocação e
669 a reunião de hoje, então passa-se para a plenária e faz o encaminhamento. A maioria
670 votou a favor da aprovação da deliberação e da resolução como foi posta. Devido ao
671 adiantar da hora Miriã perguntou aos conselheiros se a reunião continuaria ou se
672 parava para almoço, ressaltando que os pontos que faltam na pauta são informes e
673 apresentação e não é necessário o quórum?

674 Evilásio Fraga – FAEB como foi dito por Miriã já não tem mais quórum, e se perdeu o
675 quórum a reunião fica prejudicada, porque se tivesse garantia de quórum a proposta
676 seria para e retornar após o almoço. Mas como não tem quórum à reunião fica
677 prejudicada.

678 Leila Oliveira – ABAF questionou se vale a pena fazer a apresentação do trabalho da
679 SECEX e do Paraguaçu para uma platéia esvaziada, porque a intenção é gerar a
680 reflexão mesmo que não se delibere, mas que isso possa ser refletido e que se
681 necessário possa gerar alguma deliberação a partir do que será apresentado.

682 Miriã Caetano da Silva - SECEX esclareceu que a apresentação da SECEX tinha o
683 objetivo de dar um retorno do que foi feito pelo CONERH durante o ano de 2019,
684 poderia ser feito agora como na primeira reunião do ano que vem, agora a do
685 Paraguaçu é preciso se colocar até porque foi um requerimento que chegou recente e
686 foi colocado em pauta

687 Samir Felipe – SECEX informou que finalmente foi publicado em 15 de novembro o
688 decreto que regulamenta o CONERH e diante disso ano que vem já tem uma eleição
689 completa, pois fica prejudicada rodar uma eleição suplementar as vagas e a partir de
690 maio já iniciar uma eleição geral do conselho, então a opção é que a SECEX deixaria a
691 eleição para 2020, discutiria o edital nas câmaras técnicas e a partir de maio rodar o
692 edital de eleição atendendo a nova composição do Conselho proposta no decreto. Ficou
693 acordado uma reunião do CONERH pré-agendada para 12/03 caso o exercício seja
694 aberto para tratar do edital de eleição.

695 Miriã Caetano da Silva – SECEX pontuou que todos têm que assumir que a reunião é
696 dois turnos e há sempre prejuízo de temas importantes da pauta e por conta disso a
697 partir da próxima reunião quando dê 11h os conselheiros serão consultados sobre a
698 continuação da reunião ou parar para almoçar e retornar depois.

699 A reunião foi encerrada. Esta ata será assinada pelo Presidente do CONERH e pela
700 Secretária Executiva

701

702 **Secretária Executiva:** Miriã Caetano da Silva

703 **Membros:**

704 Miriã Caetano da Silva- SEMA

705 Bruno Jardim - INEMA

706 Fernando Luiz Campos Pereira – SEAGRI

707 Ericka Costa Martins - SESAB

708 Taís Gouveia – SDE

709 Mateus Almeida Cunha – SEDUR

710 Ana Odália Vieira Sena – FBCBH

711 Evilásio fraga - FAEB

712 Leila Márcia Souza Oliveira – ABAF

713 Cláudio Murilo Xavier - FIEB

- 714 Sérgio Almeida Bastos – COFIC
- 715 José Luiz Sanches Junior – Bahia Pesca S.A
- 716 Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho – ACOSMQST
- 717 Miguel Polino – Conselho de Defesa dos Direitos Humanos em Lauro de Freitas
- 718 Jorge Luiz Farias – ABENFAC
- 719 Renato dos Santos Andrade – CREA/BA